



NOTA de SOLIDARIEDADE e REPÚDIO

A diretoria nacional da ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais em Educação, manifesta seu repúdio aos reiterados ataques efetivados a professores, gestores e estudantes das Universidades e escolas públicas em todo o país, desde a instauração do golpe de Estado em agosto de 2016.

Ao reafirmar nossos compromissos historicamente assumidos em defesa da Educação pública, de políticas de formação e valorização dos profissionais da Educação e dos princípios democráticos, **nos solidarizamos com a Professora Malvina Tuttmann**, da UNIRIO, injustamente exposta à opinião pública, **com o Reitor Ubaldo Cesar Balthazar e o Chefe de Gabinete Áureo Mafra Moraes**, da UFSC, e **com os professores Gilberto Maringoni, Giorgio Romano e Valter Pomar**, da UFABC, vítimas dos mais recentes ataques a professores e gestores das Universidades federais, que tem se tornado comuns nos últimos dois anos, sob a égide do estado de exceção que impera no país, desde o Golpe de 2016.

Repudiamos todos os ataques impetrados contra as Universidades públicas, seus gestores, professores e pesquisadores, e estudantes em tentativas de cercear a liberdade de expressão e a autonomia universitária, sob a forma de abertura de processos administrativos e judiciais, que se multiplicam no país, e ameaçam o cumprimento de suas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Repudiamos os ataques infringidos aos professores das redes públicas municipais e estaduais, em diversos estados da federação, por sua atuação nos movimentos da categoria docente, inclusive com a abertura de processos administrativos e mesmo demissões. Da mesma forma, tem sido comum o uso de violência policial em manifestações de professores, em suas justas reivindicações por planos de carreira, melhores salários e condições de trabalho. Os movimentos de estudantes secundaristas também têm sido alvo de forte repressão, sendo que muitos estudantes, assim como pais e professores, que participaram dos movimentos de ocupação em diversos estados brasileiros, ainda foram submetidos a processos judiciais. Censura, perseguições políticas, processos administrativos e judiciais, violência extremada e até prisões, tem sido utilizadas de forma cada vez mais recorrente, para ameaçar professores e estudantes, e atacar as instituições públicas de educação.

Repudiamos, veementemente, toda forma de violência, real e simbólica, contra os profissionais da educação, os estudantes e as Universidades e escolas públicas, e quaisquer atos que cerceiem a liberdade de expressão, associação e manifestação, ameaçando a democracia.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2018.